Evoluções recentes: Neste ano, as condições econômicas na região da América Latina e Caribe (ALC) foram moldadas pelo conflito no Oriente Médio e pela crescente incerteza global. O aumento dos preços globais de energia e de sua volatilidade elevou a inflação em alguns casos, levando a uma política monetária mais restritiva. No entanto, o conflito teve apenas um impacto moderado nos canais financeiros, uma vez que os *spreads* soberanos e as taxas de câmbio nas principais economias da região permanecem, de forma geral, estáveis. Isso se deve, em parte, ao fato de várias das principais economias da América Latina e do Caribe serem exportadoras líquidas de energia, o que lhes proporciona maior resiliência a choques externos. Além disso, seus perfis de dívida são compostos por dívida em moeda local, o que reduz sua vulnerabilidade a flutuações cambiais.

A inflação continuou a recuar em grande parte da região no início de 2026, antes da escalada dos conflitos. Contudo, esse progresso na desinflação desacelerou em alguns casos e, posteriormente, apresentou divergências crescentes entre os países, contribuindo para trajetórias de política monetária cada vez mais diferenciadas. A desinflação estagnou em meio a novas pressões relacionadas ao setor energético, no caso do Brasil, e à inflação subjacente ainda elevada, no México. Ao mesmo tempo, as pressões inflacionárias já vinham se intensificando na Colômbia antes do conflito, o que levou o país a adotar uma política monetária mais restritiva. Em contraste com isso, a inflação subjacente manteve-se próxima das metas no Chile e no Peru, apesar do choque energético, o que permitiu a manutenção do afrouxamento monetário; e caiu acentuadamente na Argentina após medidas de estabilização adotadas anteriormente, embora as condições monetárias permaneçam restritivas.

O crescimento tem apresentado um ritmo desigual em toda a região. O crescimento se fortaleceu no início de 2026 em diversas economias sul-americanas, refletindo, em parte, o saldo positivo do final de 2025, embora tenha se moderado na Argentina em meio a condições monetárias ainda restritivas. Em contrapartida, a atividade econômica no México contraiu-se em meio à queda na demanda externa e à elevada incerteza em relação à política comercial.

O desempenho das exportações manteve-se resiliente, especialmente entre os exportadores de *commodities* e de energia, como Brasil, Colômbia, Equador e Guiana, refletindo a evolução favorável dos preços do petróleo. As condições comerciais também têm oferecido algum apoio: a redução das tarifas americanas melhorou levemente as perspectivas de curto prazo para as exportações regionais, ao passo que a entrada em vigor do acordo comercial entre a União Europeia e o Mercosul fortaleceu o acesso ao mercado e reduziu as incertezas relacionadas ao comércio para os exportadores.

Panorama: As projeções indicam uma desaceleração do crescimento (para 2,2%) na região da América Latina e Caribe em 2026, refletindo a demanda interna ainda baixa e um menor crescimento global. Ao longo de 2027–2028, à medida que a política monetária se tornar mais flexível e as condições globais melhorarem, o crescimento deve se fortalecer gradualmente até atingir uma média de 2,5%. A desaceleração projetada para 2026 está associada a um crescimento menor do consumo privado e das exportações em relação a 2025, como resultado de um crescimento global mais fraco e de condições monetárias mais restritivas. A expectativa é que os investimentos impulsionem a recuperação no médio prazo, acelerando-se ao longo de 2027–2028 à medida que o afrouxamento monetário ganhar força e a incerteza em relação à política comercial diminuir.

Entre os exportadores líquidos de energia, os preços mais altos fortalecerão as receitas de exportação e os saldos de suas contas externas. Na Argentina, projeta-se que o crescimento, impulsionado pelas exportações, permaneça relativamente forte e praticamente estável (3,6% entre 2026 e 2028), embora limitado por políticas monetárias e fiscais restritivas no âmbito interno. No Brasil, o crescimento deve desacelerar para 1,9% em 2026 em meio a um menor crescimento do consumo, antes de se fortalecer e atingir uma média de 2,1% em 2027–2028, com a desinflação contínua permitindo o afrouxamento da política monetária. Na Colômbia, o crescimento deve desacelerar para 2,3% em 2026, com os preços mais

altos do petróleo sustentando as receitas, apesar de as pressões inflacionárias adiarem a flexibilização monetária.

A exposição do México aos choques nos preços de energia é limitada, dada sua posição amplamente equilibrada no comércio de energia e seus esforços fiscais para conter os impactos. As perspectivas econômicas do país são moldadas principalmente pela demanda interna e pelas condições do comércio externo, principalmente em relação aos Estados Unidos e à revisão do Acordo USMCA. Prevê-se que o crescimento acelere para 1,3% em 2026 e se fortaleça ainda mais rumo a uma média de 1,8% em 2027–2028; ao mesmo tempo, o investimento deve se recuperar e a demanda externa tende a se estabilizar.

Nos países importadores líquidos de energia, os preços mais altos do petróleo aumentarão os custos de importação e as pressões inflacionárias. No entanto, algumas economias, como o Chile e o Peru, se beneficiarão parcialmente dos preços elevados dos metais, que devem impulsionar suas receitas de exportação e suas receitas fiscais.

Na América Central, onde muitas economias são importadoras líquidas de energia, a expectativa é que os preços globais mais altos do petróleo afetem a atividade econômica por meio de custos de importação mais elevados, pressões inflacionárias e receitas reais mais baixas. Embora esses obstáculos sejam parcialmente atenuados pela resiliência dos fluxos de remessas financeiras e pela demanda interna relativamente estável, a sub-região permanece vulnerável a uma demanda externa menor e a condições de financiamento externo mais restritivas em decorrência do conflito.

No Caribe, a maioria das economias são importadoras líquidas de energia e permanecem expostas a custos de combustível mais elevados, o que deve aumentar a pressão sobre os preços e corroer os rendimentos reais. No entanto, prevê-se que a atividade na sub-região se fortaleça, apoiada por uma recuperação contínua dos serviços, especialmente no setor de turismo, bem como por uma forte demanda interna. O crescimento deve atingir 2,5% em 2026 e uma média de cerca de 3,9% em 2027–2028. Na Guiana, o crescimento deve se manter excepcionalmente alto, com a expansão continuada da produção de petróleo.

Apesar das taxas de desemprego amplamente estáveis, a região ainda enfrenta muitos desafios relacionados ao mercado de trabalho, o que reflete a limitada criação de empregos formais, os altos níveis de informalidade e o modesto crescimento da renda — fatores que continuam a afetar a produtividade, o consumo e a redução da pobreza. Essas restrições são agravadas pela rigidez das políticas fiscais de muitas economias. Os elevados níveis de endividamento e os altos encargos com juros limitam o alcance das políticas anticíclicas e de medidas de apoio direcionadas ao mercado de trabalho, dificultando a conversão do crescimento em empregos melhores e aumentos de renda sustentáveis.

Faça o *download* do relatório *Perspectivas Econômicas Globais* em**: https://www.worldbank.org/gep.**

Previsões para as economias da América Latina e Caribe
(Variação percentual anual, salvo indicação em contrário)

	2023	2024	2025e	2026p	2027p	2028p
PIB em preços de mercado (média em dólares dos EUA para o período 2010–2019)						
Argentina	-1,9	-1,3	4,4	3,6	3,7	3,5
Bahamas	3,0	3,4	2,8	2,2	1,9	1,8
Barbados	1,8	3,4	2,7	2,7	3,0	3,1
Belize	0,5	3,5	1,5	2,4	2,2	2,2
Bolívia	2,5	-1,1	-1,6	-3,2	4,0	3,2
Brasil	3,2	3,4	2,3	1,9	2,0	2,2
Chile	0,7	2,8	2,5	2,1	2,5	2,3
Colômbia	0,8	1,5	2,6	2,3	2,4	2,7
Costa Rica	4,8	4,1	4,6	3,5	3,6	3,7
Dominica	3,7	2,1	3,1	2,8	2,9	2,8
República Dominicana	2,2	5,0	2,1	3,6	4,4	4,5
Equador	2,0	-2,0	3,7	2,5	2,5	2,5
El Salvador	3,4	2,6	3,9	3,2	3,0	3,1
Granada	4,5	3,3	4,5	3,1	3,0	2,9
Guatemala	3,5	3,7	4,2	3,7	3,8	3,8
Guiana	33,8	43,8	15,4	16,3	23,5	21,2
Haiti [a]	-1,9	-4,2	-2,7	0,6	1,9	2,2
Honduras	3,6	3,6	3,8	3,4	3,7	3,8
Jamaica	2,7	-0,5	-0,4	-1,0	3,2	1,6
México	3,1	1,4	0,6	1,3	1,7	1,9
Nicarágua	4,4	3,6	4,9	3,4	3,4	3,3
Panamá	7,4	2,9	4,4	3,9	4,1	4,1
Paraguai	5,3	4,7	6,6	4,4	4,2	4,0
Peru	-0,4	3,5	3,4	2,7	2,8	2,8
Santa Lúcia	3,3	4,7	1,3	1,9	1,8	1,7
São Vicente e Granadinas	5,3	4,1	3,6	3,0	3,1	2,9
Suriname	2,4	1,7	1,8	4,0	4,5	20,5
Trinidad e Tobago	1,5	2,5	0,8	0,7	3,2	3,5
Uruguai	0,8	3,3	1,8	1,6	1,9	2,1

Fonte: Banco Mundial.
Observação: e = estimativa; p = previsão. As previsões do Banco Mundial são frequentemente atualizadas com base em novas informações e mudanças nas circunstâncias globais. Consequentemente, as projeções aqui apresentadas podem diferir daquelas contidas em outros documentos do Banco, mesmo que as avaliações básicas das perspectivas dos países não difiram significativamente num dado momento.
a. O PIB é baseado no exercício financeiro, que vai de outubro de um ano a setembro do ano seguinte.